

TRAGÉDIA NO SUL

R\$ 1,7 bi em indenizações (por ora)

Confederação das Seguradoras crê em disparada de ressarcimentos. Maioria dos sinistros foi registrada por donos de veículos

» RAFAELA GONÇALVES

As enchentes no Rio Grande do Sul já somaram aproximadamente R\$ 1,7 bilhão em indenizações a quem contratou alguma modalidade de seguro. O número, porém, é preliminar e foi estimado pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), que acredita que este será o maior sinistro enfrentado pelas empresas do ramo no país. O levantamento, realizado junto a 140 associadas, entre 28 de abril e 22 de maio, aponta que a população atingida registrou quase 23,5 mil avisos de perda de algum bem.

De acordo a CNseg, o maior impacto, por enquanto, vem das apólices relacionadas a veículos. Até agora são 8.216 sinistros acionados, que somam um custo estimado em R\$ 557 milhões. O maior número de ocorrências informadas, porém, é de seguros residenciais e habitacionais: com 11.396 ocorrências, um desembolso calculado em R\$ 239,2 milhões.

Segundo o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, a maioria dos pedidos de indenização ainda não foi reportada pelos clientes às seguradoras, o que ainda aumentará substancialmente o montante pago em indenizações. “Os clientes residenciais, de automóveis, de propriedades agrícolas ou corporativas ainda estão contabilizando as perdas, e não acionaram suas seguradoras”, afirmou.

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Mais de 8 mil pedidos de compensação pela perda de automóveis foram feitos. Custo estimado é de R\$ 557 milhões

Dyogo mencionou o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, em 2019, que aconteceu em uma região “pouco povoada”. “Mas, desta vez, atingiu uma área populosa, grandes cidades. Seguramente, o valor final será muito maior. Sem dúvida, essa é a maior indenização de um único evento que o setor enfrentou no país”, avaliou.

A CNseg estima que o impacto no agronegócio seja menor do que as secas que a Região Sul enfrentou nos últimos anos. Por enquanto, são 993

avisos de sinistro, com uma estimativa de impacto de R\$ 47 milhões. Em seguida, aparece o seguro contra grandes riscos, com 386 notificações, atingindo cerca de R\$ 510 milhões em indenizações.

A categoria corporativa inclui empreendimentos de infraestrutura. Uma estrada concedida à iniciativa privada, ou um complexo industrial ou uma grande unidade fabril, por exemplo, enquadram-se nesta modalidade, pois o valor do seguro supera R\$ 15 milhões. Os valores abaixo deste patamar se enquadram



O valor final será muito maior. Essa é a maior indenização de um único evento que o setor enfrentou no país”

Dyogo Oliveira,
presidente da Confederação Nacional das Seguradoras

Prejuízo está só no começo



Produtos	Quantidade	Valor (R\$)
Automóvel	8.216	557.429.463,64
Residencial + Habitacional	11.396	239.189.519,54
Agrícola	993	47.294.125,95
Grandes riscos	386	507.002.600,78
Outros	2.450	322.136.532,56
Total	23.441	1.673.052.242,48

Fonte: CNseg

como empresariais. Os demais seguros, como o empresarial, transporte, riscos diversos e riscos de engenharia, registraram 2.450 avisos de sinistros, e totalizam pouco mais de R\$ 322 milhões de indenizações.

O mercado de seguros apresentou ao Congresso um projeto de lei para criar uma espécie de seguro social a fim de atender a população afetada por desastres naturais. O texto prevê a cobertura de bens e auxílio funeral decorrentes de eventos naturais relacionados às catástrofes como chuvas, enxurradas

e deslizamentos, sendo essas ocorrências reconhecidas como calamidade pública pela autoridade competente da localidade afetada.

A proposta da CNseg quer alcançar todas as camadas sociais do país. A estimativa é que o custo do produto fique entre R\$ 2 e R\$ 5 mensais. A intenção é que o valor seja descontado diretamente na conta de energia elétrica. A indenização prevista seria de R\$ 15 mil a R\$ 20 mil por residência afetada e transferida por meio do Pix de maneira automática ao segurado.

Modalidade para local de catástrofe

O avanço da crise climática pode levar as seguradoras brasileiras a criarem uma modalidade semelhante à que já existe nos Estados Unidos, voltada para regiões que estão cada vez mais sujeitas a catástrofes. A avaliação é de Daniel Caiche, professor de MBA da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e especialista em mudanças climáticas e mercado de carbono, alertando que eventos extremos causados pela natureza resultam em custos crescentes de sinistros — pressionando as seguradoras a pagarem indenizações mais elevadas.

Isso pode colocar em risco a sustentabilidade do setor, uma vez que a expectativa é que as catástrofes climáticas tendem a se agravar. “O aumento da exposição a riscos relacionados ao clima pode levar a uma reavaliação dos modelos de precificação de seguros e concessão de crédito. Isso reverbera na economia como um todo”, adverte.

Balanço das perdas

Levantamento parcial da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) revela que as pesteades registradas desde 29 de abril no Rio Grande do Sul

R\$ 10,4 bilhões

é o prejuízo financeiro estimado no Rio Grande do Sul, segundo a Confederação Nacional dos Municípios

provocaram pelo menos R\$ 10,4 bilhões em prejuízos financeiros, R\$ 800 milhões a mais ante o reportado há uma semana. Os números contabilizam perdas de municípios que enviaram os dados à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

A CNM esclarece, porém, que os impactos são informados pelos próprios municípios — dados parciais, relatados à medida que os danos são contabilizados. A confederação estima que 3,6 milhões de pessoas e 469 municípios foram afetados, sendo 340 com reconhecimento estadual e federal de situação de emergência e 78 em estado de calamidade pública.

Destes, apenas 94 municípios informaram os valores de danos e prejuízos públicos e privados, o equivalente aos R\$ 10,4 bilhões. No relatório, a CNM lembra que as chuvas no Rio Grande do Sul iniciaram-se em 24 de abril.

Segundo a confederação, dos danos financeiros relatados, R\$ 4,6 bilhões referem-se ao setor habitacional, com 108,6 mil casas danificadas ou destruídas; R\$ 3,4 bilhões foram relatados no setor privado e R\$ 2,4 bilhões no setor público.

A agropecuária é o setor econômico privado com mais perdas financeiras levantadas — R\$ 2,945 bilhões. Dos municípios que contabilizaram prejuízos, R\$ 2,7 bilhões estão relacionados à agricultura e R\$ 245,4 milhões, à pecuária. A indústria reportou um rombo de R\$ 267 milhões e outros R\$ 130,2 milhões foram relatados por comércios locais.

No setor público, o levantamento contabilizou prejuízos de R\$ 1,7 bilhão em obras de infraestrutura (como pontes, estradas, drenagem urbana) e R\$ 428,6 milhões em instalações públicas (como escolas, hospitais e prefeituras). (RG com Agência Estado)

Pessoas físicas doam R\$ 35 milhões

Pessoas físicas de todo o país destinaram R\$ 35 milhões do Imposto de Renda deste ano a fundos para proteção de crianças e idosos no Rio Grande do Sul. O estado tornou-se o maior beneficiário desse tipo de direcionamento do IRPF, seguido por São Paulo (R\$ 33 milhões até o momento) e Paraná (R\$ 18 milhões). Os números foram obtidos junto à Receita Federal pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), responsável por gerir o Pacto Nacional da Primeira Infância.

A situação do Rio Grande do Sul vem mobilizando doações e uma das maneiras de garantir recursos para o estado é por meio da ajuste anual com o fisco

— cujo prazo de entrega de declarações encerra-se na próxima sexta-feira. Pela legislação, o contribuinte pode destinar até 6% do imposto devido para fundos estaduais e municipais vinculados ao Estatuto da Criança e do Adolescente e ao Estatuto do Idoso.

Destinação

Ao preencher a declaração, o contribuinte pode identificar o estado e até a cidade onde os fundos atuam. A opção por destinar os recursos públicos a projetos sociais está disponível somente para quem preenche a declaração completa.

No ano passado, mais de 4.712

Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (FDCA) e Fundos dos Direitos da Pessoa Idosa (FDPI), de municípios e unidades da Federação, receberam mais de R\$ 282 milhões em destinações do Imposto de Renda de Pessoa Física, uma das formas mais diretas e efetivas de o contribuinte direcionar recursos do orçamento público federal.

Já o Tesouro Nacional remeteu, ontem, R\$ 189,856 milhões, para um total de 47 municípios gaúchos. O valores, creditados no Banco do Brasil, referem-se ao apoio financeiro estabelecido pela Medida Provisória (MP) 1.222. Porto Alegre receberá o maior valor — R\$ 31,192 milhões.

Seu leão pode colorir a vida de muitas crianças

Doe seu Imposto de Renda para o Hospital Pequeno Príncipe

ATÉ 31/5

Que tal fazer uma doação para projetos sociais em vez de pagar Imposto de Renda? Parece interessante, né?

Muita gente não sabe dessa oportunidade, mas é possível apoiar instituições filantrópicas, como o Hospital Pequeno Príncipe, de forma fácil e sem custo.

Leia o QR code ao lado ou acesse nosso site e veja como doar, direto na declaração, até 31 de maio.



{41} 2108-3886 {41} 99962-4461
doepequenoprincipe.org.br

